

UMA BREVE ANÁLISE DA IMPRENSA MOÇAMBICANA

Sérgio Chichava | Jonas Pohlmann

Usada para veicular informação e propaganda, capaz de fazer cair governos, decidir uma eleição e até incitar guerras, a imprensa é um elemento central nas sociedades contemporâneas. Nas últimas décadas, com o crescimento e expansão da imprensa escrita, da rádio e da televisão, e com o surgimento de novos meios de comunicação, com destaque para a Internet, o impacto social da imprensa aumentou exponencialmente. Neste período, ganhou também força a ideia de que é função da imprensa, para além de informar e transmitir uma visão imparcial dos eventos, a fiscalização da actuação governamental, velando pela boa gestão da coisa pública e oferecendo um contrapeso ao poder público, o qual, sem o devido controlo social, pode ser abusado para fins privados e partidários. Para muitos, a imprensa ter-se-ia tornado numa espécie de quarto poder republicano, actuando ao lado dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Em Moçambique, uma das primeiras medidas tomadas pela Frelimo logo após assumir o poder, a 25 de Junho de 1975, foi controlar a imprensa. Num contexto em que acabava de se sair de uma guerra contra o colonialismo, na qual certa imprensa, sobretudo a mais importante (*Notícias de Lourenço Marques* e *Notícias da Beira*, *Tempo*, *Diário de Moçambique*, *Voz Africana*, só para citar alguns exemplos), era controlada por grandes capitalistas hostis à Frelimo e próximos ao poder colonial, o controlo da imprensa era visto como essencial à defesa dos interesses nacionais do recém-independente Moçambique. Também, a imprensa era vista pelos líderes da Frelimo como um importante instrumento para transmitir as ideias e ideais do novo regime, desencorajar ou controlar sectores hostis ou considerados como tal, e consolidar a unidade nacional. A reunião de Macomia, província de Cabo Delgado, realizada de 26 a 30 de Novembro de 1975, iria discutir e definir as linhas gerais pelas quais a imprensa devia doravante guiar as suas actividades, as quais deveriam centrar-se em “informar, educar, mobilizar e organizar” a população (Machel, 1977).

No III Congresso da Frelimo, em 1977, o partido e, conseqüentemente, o governo de Moçambique, aderem à ideologia socialista na sua vertente marxista-leninista, e acentua-se a percepção de que a imprensa deveria ser um instrumento do Partido-Estado, um instrumento da aliança operário-camponesa e do seu partido de vanguarda ao serviço da revolução, um importante elemento na luta contra o capitalismo e o imperialismo e na construção do “homem

novo”. Em 1977, no 1.º Seminário Nacional de Informação, assim se manifestou Samora Machel, primeiro presidente do Moçambique independente:

(...) não há terreno neutro na luta de classes (...) A origem pequeno-burguesa da maioria dos jornalistas, a educação colonial que receberam, os métodos e conceitos de informação burguesa cuja influência transportam até hoje, constituem factores que facilitam e favorecem a acção de retorno das ideias erradas, dos hábitos velhos. (...) O jornalista deve assumir a consciência de que ocupa um posto de combatente na frente ideológica da luta das massas trabalhadoras. Deve assumir integralmente os interesses e as aspirações dos operários e camponeses. O seu modelo deve ser o operário de vanguarda. Os seus deveres correspondem aos dos membros do Partido.

(...) A informação deve desempenhar um papel fundamental na criação do Homem Novo e só pode fazê-lo se os trabalhadores da informação se engajarem na sua própria transformação, assumindo ao nível das ideias, do trabalho, da vida e do comportamento, os valores novos, os valores do homem socialista. Isto significa também que o Partido deve dar uma atenção particular ao enquadramento político dos jornalistas. Neste sentido, intensificaremos a implantação das estruturas do Partido nos órgãos de informação. (...) Além disso, é necessário efectuar o enquadramento político dos jornalistas no seu conjunto, através duma estrutura própria. Uma estrutura que promova a unidade de pensamento e de acção dos jornalistas (...) (Machel, 1977)

Foi neste contexto que certos jornais foram encerrados e outros nacionalizados, o mesmo acontecendo com a rádio. Neste último caso, foi criada a Rádio Moçambique (doravante única estação de rádio no país e com cobertura nacional), após o encerramento das rádios da era colonial, nomeadamente a Rádio Clube de Moçambique, a Rádio Pax e o emissor Aeroclube da Beira. De forma breve, pode-se dizer que, durante quinze anos (1975-1990), ou seja, durante a vigência do regime monopartidário, o cenário da imprensa em Moçambique foi marcado pelo controlo da imprensa pelo Partido, pela censura e autocensura. A imprensa era um instrumento do governo na busca de certos objectivos, e a liberdade de expressão e de imprensa eram vistas como meras ilusões burguesas, ameaças ao ideal socialista e revolucionário: fora do Partido-Estado, o destino da imprensa não seria a independência e a liberdade de expressão, mas o controlo por interesses capitalistas e contra-revolucionários.

No contexto de transição para a democracia multipartidária, com a promulgação da constituição pluralista e liberal de 1990 (Artigo 74) e da Lei de Imprensa (Lei n.º 18/91), uma série de liberdades e garantias individuais antes vistas como burguesas foram estendidas aos moçambicanos, de entre elas a possibilidade de se exprimirem livremente e de criarem uma imprensa independente, não mais sujeita às interpretações do Partido no poder, garantias estas que foram consolidadas e reafirmadas com a Constituição de 2004. Para regular o funcionamento da

imprensa, a Lei de Imprensa também criou o Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS), órgão que se pretende independente, autónomo administrativa e financeiramente, e que também recebeu *status* constitucional na Constituição de 2004 (art. 50). As principais funções do CSCS são assegurar a independência dos meios de comunicação social no exercício dos direitos à informação, à liberdade de imprensa, bem como dos direitos de antena e de resposta. A abertura política permitiu a emergência de muitos jornais, rádios e televisões independentes do Estado, os quais, mesmo se concentrados em Maputo e acessíveis apenas a uma pequena “elite” urbana, renovaram em muitos a esperança de um debate público mais aberto e construtivo, e de uma imprensa mais empenhada na busca e divulgação dos factos e suas versões, e não mais apenas na divulgação de uma única versão dos factos.

Desde então, muito se debateu em relação à independência dos meios de comunicação, públicos e privados, em relação aos interesses partidários e do Estado, aspecto importante na edificação de uma sociedade livre e democrática. Os debates acerca da imprensa são importantes para a democracia por várias razões, com destaque para o seu papel na socialização política, ou seja, no inculcamento nos cidadãos de valores e crenças relativas ao poder e seu funcionamento. Como diz Philippe Braud (1998:241), a imprensa joga um importante papel na construção de representações políticas, pois: *“Para muitas pessoas, a televisão [sobretudo] e a imprensa escrita são as únicas formas de saber quem são seus representantes, o que eles crêem (ou é suposto crerem), o que eles afirmam, o que eles vivem. A classe política não existe senão através delas [da televisão e da imprensa escrita].”* Para além disto, acrescenta Braud, os média têm um papel importante ao nível de integração social, *“ao consagrar um grande espaço à actualidade, eles contribuem para construir uma história e memórias comuns (ibidem)”*.

Para além de ater-se à questão do relacionamento da imprensa com o poder político, interessante é ver até que ponto a multiplicação de órgãos de informação e comunicação privados permitiu a emergência de uma imprensa investigativa e profissional. Ou seja, terá isso contribuído para a melhoria da qualidade do jornalismo praticado em Moçambique?

Se é inegável que a diversidade em termos de informação é uma realidade, dúvidas persistem quanto à emergência de um jornalismo investigativo, sério e profissional, exceptuando alguns casos. Quais as razões disso?

BREVE PANORAMA GERAL DA IMPRENSA MOÇAMBICANA¹

As principais lições que devem ser tiradas da apresentação e caracterização sucinta dos meios de comunicação social actualmente existentes em Moçambique referem-se ao facto de serem eminentemente urbanos e de estarem concentrados em Maputo.

Actualmente, existem sete estações de televisão com sinal livre: duas públicas e seis privadas. No primeiro grupo, encontramos a 1) Televisão de Moçambique (TVM) e 2) a Rádio e Transmissão de Portugal para África (RTP-África), de origem portuguesa e difundida a partir da antiga metrópole para todas as antigas colónias portuguesas. De entre as privadas, encontramos: 1) a STV, pertencente à Sociedade Independente de Comunicação (SOICO), de empresários moçambicanos e fundada em 2002. Esta televisão cobre oito das onze províncias do país, nomeadamente Maputo (cidade e província), Gaza e Inhambane, no Sul, Manica, Tete e Zambézia, no Centro, e Nampula, no Norte;² 2) A Televisão Independente de Moçambique (TIM), criada em 2006 por empresários moçambicanos, que, para além de Maputo, emite em Tete, Cabo Delgado, Beira e Quelimane; 3) TV Miramar, propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus; 4) a SIRT-TV, criada em 2002 e com sede na cidade de Tete – portanto, a única com sede fora da capital –, pertencente a António Marcelino de Mello³; a 5) KTV, descendente da antiga Rádio e Televisão Klint (RTK), a primeira estação televisiva privada criada em Moçambique, então criada por Carlos Klint, antigo militante da Frelimo. A KTV possui uma estação de rádio, a KFM, que também emite em FM; 6) a TV Maná, com sede em Maputo, de propriedade da Associação Maná Igreja Cristã.

Em termos de radiodifusão, para além da Rádio Moçambique, a única rádio com cobertura nacional e a única rádio pública do país, existem várias outras estações de rádio privadas. Entretanto, para além de estarem concentradas em Maputo, estas rádios, que emitem em FM, tem um raio de cobertura bastante pequeno. A Frelimo também tem a sua rádio, a Rádio Índico (propriedade da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, uma das organizações sociais da FRELIMO). A Renamo também tinha a sua rádio, a Rádio Terra Verde, entretanto cedida em 2008 a uma empresa privada, a empresa Nova Difusão (Secretariado do Conselho de Ministros, 14 de Outubro de 2008).⁴

Para se alcançar o maior número de moçambicanos, foram criadas várias rádios comunitárias nas zonas rurais, as quais veiculam informação em línguas locais. A grande maioria destas rádios contou com forte apoio inicial (1998-2006) da UNESCO e do PNUD, sendo que outras foram criadas pelo Instituto de Comunicação Social (ICS), uma entidade estatal. Desde Abril de 2004, a maioria das rádios comunitárias sem vínculo com o Estado trabalha em conjunto por meio do Fórum Nacional de Rádios Comunitárias (FORCOM), uma iniciativa de trabalho em rede para consolidar e auxiliar as rádios comunitárias no seu trabalho.

No que toca à imprensa escrita, existem três jornais diários, todos de circulação nacional: o *Notícias*, o *Diário de Moçambique* e *O País* (antigo semanário, transformado em diário em 2008). Os dois primeiros pertencem à Sociedade Notícias SARL, uma empresa organizada como sociedade anónima mas cujos principais accionistas são entidades estatais ou com participação maioritária do Estado moçambicano: o Banco de Moçambique (o banco central do país), a EMOSE (a companhia de seguros do Estado, que, se actua sob o formato de sociedade anó-

nima, é do Estado a propriedade da maioria das suas acções) e a PETROMOC (companhia de distribuição de derivados de petróleo, que actua sob formato de sociedade anónima mas cujas acções são na maioria subscritas pelo Estado). O jornal *O País* é privado e pertence ao grupo SOICO, proprietário da estação de televisão STV. Com 30 mil exemplares, é o diário com maior tiragem, ultrapassando de longe o *Notícias* e o *Diário de Moçambique*. O *Diário de Moçambique* é o único quotidiano publicado fora da capital, mais propriamente na cidade da Beira. De entre os semanários, circulam hoje (meados de 2009) nove jornais: *Zambeze* (8000 exemplares), *Magazine Independente* (7000 exemplares), *Canal de Moçambique* (5000 exemplares), *Savana* (entre 12 000 e 15 000 exemplares), *Domingo* (10 000 exemplares), *Público* (3000 exemplares), *Escorpião* (5000 exemplares), *A Verdade* (50 000 exemplares) e *Desafio* (12 000 exemplares). De entre estes, o semanário *Domingo*, o mais antigo, e o jornal *Desafio*, dedicado ao desporto, pertencem à Sociedade Notícias SARL, sendo os restantes estritamente privados, sem relação com empresas estatais ou com participação do Estado. O *Desafio* é o único jornal desportivo em Moçambique, pois o jornal *O Campeão*, uma iniciativa de alguns jornalistas desportivos moçambicanos, não conseguiu singrar no mercado. Sublinhar, também, que o semanário *A Verdade*, criado em 2008, para além de ser o semanário privado com maior tiragem e de ser o único impresso fora de Moçambique (é impresso na África do Sul), é o primeiro e único jornal de distribuição gratuita que o país possui. Finalmente, também entre os média escritos, destaca-se a *Agência de Informação de Moçambique* (AIM), que é uma entidade estatal e divulga informações em inglês e português, sendo uma das principais fontes de informação sobre Moçambique para os média estrangeiros.

ENTRE DEPENDÊNCIA E INDEPENDÊNCIA

A abertura política possibilitou a emergência de uma imprensa independente, investigativa, séria e combativa, não mais ao serviço dos interesses do partido, mas livre para reportar a sua interpretação dos factos. Liderada por indivíduos como Carlos Cardoso – fundador, com outros jornalistas em torno do grupo Mediacoop, do primeiro jornal fax de Moçambique, o *MediaFax*, e do primeiro semanário independente, o *Savana* – esta imprensa, para além de Informar o cidadão sobre os seus direitos e colaborar na edificação de um Estado democrático, tem exercido o papel fiscalizador do poder público que lhe havia sido retirado no regime monopartidário, denunciando, assim, os abusos dos recursos do Estado pelos políticos e os efeitos negativos de algumas políticas do Estado moçambicano, assim como das instituições de Bretton Woods.

No que diz respeito aos abusos dos políticos, o destaque vai para a denúncia do desfalque de dois antigos bancos comerciais, o Banco Comercial de Moçambique e o Banco Austral, considera-

dos como os maiores escândalos financeiros do Moçambique independente, e, segundo círculos, protagonizados por indivíduos directa ou indirectamente ligados à elite no poder. Pode-se destacar, também, a denúncia da incompetência e impotência de Manuel António, então ministro do Interior, em lidar com a criminalidade, obrigando o também então presidente Joaquim Chissano a demiti-lo em 1996, um caso sem precedentes na história de Moçambique.

Em relação às instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), o destaque vai, sem dúvida, para a denúncia dos efeitos nefastos que as políticas destas instituições tiveram na indústria da castanha de caju. Moçambique exporta tanto castanha de caju em estado bruto como após o seu processamento. Por anos, a indústria de processamento da castanha do caju foi das mais importantes em Moçambique, apesar de ter passado por sérias dificuldades em vários momentos. Em meados da década de 1990, por pressão das instituições de Bretton Woods, a comercialização da castanha de caju em estado bruto foi liberalizada (de entre outras medidas, foi reduzida a taxa de exportação), com o que se procurava aumentar a competição entre os exportadores e, conseqüentemente, o preço pago aos produtores. Contudo, o principal impacto da liberalização foi a quase total destruição da indústria de processamento do caju, uma vez que o caju passou a ser exportado antes de ser processado.

Carlos Cardoso, que, como mencionado acima, era o mais destacado dos jornalistas independentes, também se destacou por se ter posicionado contra a escolha de Armando Guebuza, actual presidente de Moçambique, para suceder a Joaquim Chissano na presidência da Frelimo e, conseqüentemente, apresentar-se como candidato presidencial (Cardoso, 15 de Julho de 1997). A imprensa independente, contudo, teve o seu desenvolvimento freado pelo assassinato brutal de Carlos Cardoso a 22 de Novembro de 2000. À época, Cardoso investigava casos de corrupção em que estariam envolvidos políticos ao mais alto nível das estruturas do Estado e da Frelimo, e a sua morte foi vista por muitos como um aviso aos jornalistas para que não se envolvessem com casos deste porte. A morte de Carlos Cardoso pode ajudar a entender, portanto, o quase desaparecimento de um jornalismo investigativo dos desmandos do poder político no país, uma vez que suscitou temores não só no seio dos jornalistas mas na sociedade em geral, como mostra este testemunho do Centro de Integridade Pública (CIP):

[...] Esse jornalismo – que teve o seu expoente máximo em Carlos Cardoso, que o elevou à fasquia mais alta do seu papel em democracia, construtivo e atento, engajado na defesa do bem público e livre – está doente. Depois do seu assassinato, deixou de se fazer investigação jornalística em Moçambique. Há quem possa pensar que, actualmente, e pelo volume de escândalos de corrupção publicados, temos hoje mais investigação nos Media. Mas o que acontece é que os escândalos são apenas divulgados e não investigados; temos um jornalismo de denúncia que não faz o seguimento permanente dos casos que denuncia. (CIP: 27 de Outubro de 2006)

Outro aspecto importante e preocupante em relação à imprensa diz respeito à sua parcialidade e às inclinações partidárias dos órgãos de comunicação social, principalmente em períodos eleitorais. A imprensa pública, estatal e aquela vinculada ao Estado, é acusada de favorecer o partido no poder, a Frelimo. Mesmo se nas eleições gerais de 2004, observadores internacionais reconheceram algumas melhorias em relação ao passado, mormente no que toca à Rádio Moçambique, a sua conclusão é de que os órgãos de comunicação estatal e com participação estatal ainda brilham pela sua parcialidade (EISA: 2006; Carter Center: 2005). No seu relatório consagrado à observação das eleições de 2004, a missão de observação da União Europeia mostrou que a cobertura dos meios de comunicação vinculados ao Estado era claramente favorável ao partido Frelimo: O *Notícias* deu 57% da sua cobertura ao governo e à Frelimo, 19% à Renamo e apenas 10% ao Partido de Democracia e Desenvolvimento (PDD) (Awepa, 15 de Julho de 2005).

Mas também fora do período eleitoral percebe-se grande parcialidade na actuação dos meios de comunicação social públicos e vinculados ao Estado. Aquando da realização da reunião da Frelimo em Abril de 2008, a TVM e a RM interromperam a cobertura em directo do informe do procurador-geral da República na Assembleia da República para reportarem em directo a reunião dos antigos combatentes da Frelimo. Em Abril de 2009, agastado com a actuação da RM a favor da Frelimo, sobretudo em ano eleitoral, Machado da Graça, um dos jornalistas mais conceituados de Moçambique, apelidou esta rádio de “Rádio Frelimo” (M. da Graça, 29 de Abril de 2009). Também, em Fevereiro de 2008, quando centenas de pessoas foram às ruas para se manifestarem contra o aumento dos preços dos transportes privados semicolectivos, os *chapas*, a imprensa pública foi reticente na cobertura dos acontecimentos, tendo o MISA-Moçambique e o Centro de Integridade Pública publicado uma nota de imprensa na qual criticaram a existência de controlo governamental sobre o sector (Nota de Imprensa, publicada no *Magazine Independente*, 13 Fevereiro 2008).

O CSCS – que como já disse é a entidade reguladora do exercício da imprensa assim como do acesso à informação e é, legalmente, um órgão independente – ainda não é um órgão com aprovação consensual, sendo acusado em vários círculos de favorecer nas suas decisões o partido no poder. Por exemplo, aquando da discussão do pacote eleitoral em 2006, a FRELIMO defendia que os membros da Comissão Nacional de Eleições deviam, de entre outras possibilidades, ser escolhidos entre os funcionários do CSCS. Ora, esta proposta foi recusada pela Renamo, para quem o CSCS não passava de um mero prolongamento da Frelimo. Esta contestação da Renamo baseava-se no facto de o presidente e o vice-presidente do CSCS serem indicados pelo Presidente da República, num contexto em que a desconfiança entre as principais forças políticas no país ainda é bastante forte e, sobretudo, no qual a obediência política continua a ser a condição básica para ser nomeado ou para se manter no cargo.

À excepção dos jornais com vinculação ao Estado, devido à sua situação socioeconómica precária, os jornalistas são alvos fáceis dos políticos e homens de negócios. Por exemplo, aquando da

sua visita à província de Nampula, em 2008, na companhia do presidente da Frelimo, o chefe do grupo parlamentar deste partido, Manuel Tomé, afirmou que, em virtude do apoio que os jornalistas desta província tem concedido à Frelimo, esta iria lhes oferecer casas no quadro do programa estatal Fundo para o Fomento de Habitação (FFH) (Canal de Moçambique, 24 de Junho de 2008). Igualmente, a exiguidade de meios faz com que as viagens de trabalho de alguns jornalistas sejam financiadas pelas pessoas a quem a notícia diz respeito, o que, logo à partida, retira a credibilidade do trabalho do jornalista. Em 2006, Osvaldo Tembe, jornalista do *Zambeze* foi expulso deste semanário, por ter cobrado 35 mil meticais a uma família a fim de não publicar uma notícia pondo em causa a idoneidade de um membro dessa família, acto denunciado por esta à polícia (*Zambeze*, 16 de Março de 2006).

À excepção dos jornais com participação do Estado (*Notícias, Domingo, Diário de Moçambique, Desafio*) e do grupo SOICO, proprietário da S-Graphics, onde são impressos alguns jornais privados (*Escorpião, Magazine Independente, Canal de Moçambique*), nenhum outro jornal privado possui gráfica própria. Para além destas gráficas, a outra capaz de imprimir jornais com uma certa qualidade e em quantidades aceitáveis, a CEGRAF, para além das acções detidas pelo Estado moçambicano, também é dirigida por pessoas ligadas ao partido Frelimo, de entre as quais estão o actual Chefe de Estado e o deputado Hermenegildo Gamito, colocando os média por vezes à mercê da boa vontade dos proprietários. Por exemplo, a edição de 2 de Novembro de 2006 do jornal *Savana* teve de ser impressa nas instalações da Sociedade Notícias, porque a CEGRAF alegava uma dívida de 14 mil dólares da parte da Mediacoop, grupo proprietário do *Savana* (*Notícias Lusófonas*, 4 de Novembro de 2006; Jone, 2008:502). Contudo, o *Mediafax* (3 de Novembro de 2006), também propriedade da Mediacoop, viu nesta situação um sinal de censura da parte da CEGRAF, isto porque esta edição do *Savana* trazia reportagens pouco abonatórias ao partido no poder. O *Mediafax* adiantava ainda que não era a primeira vez que isto acontecia, porque o jornal *Demos* já passara pela mesma situação em 2002.

Para além das dificuldades acima anunciadas, o elevado custo das telecomunicações, electricidade, papel e transporte, faz parte dos principais obstáculos ao desenvolvimento da imprensa em Moçambique. O número de jornais encerrados (152 de entre os 177 criados desde 1990) confirma as dificuldades pelas quais passa a imprensa, fundamentalmente, a privada. Jornais que já tinham créditos firmados na praça, como *Demos* e *Embondeiro*, foram vítimas desta situação.

Para equilibrar suas contas, os jornais poderiam contar com as receitas publicitárias. Contudo, num mercado publicitário em que o Estado e as empresas públicas são grandes clientes, o risco de uma atribuição selectiva e arbitraria é maior, dando lugar à concentração em apenas alguns órgãos de comunicação social, sobretudo os públicos e com participação estatal. A condição para um acesso maior à publicidade estatal por parte da imprensa independente pode ser a exigência de serem menos críticos em relação ao Estado e seus titulares.

Outro ponto relaciona-se com o facto de grande parte da imprensa moçambicana ser difundida apenas em língua portuguesa. Ora, tendo em conta o facto de somente uma pequena parte de moçambicanos falar, ler ou escrever em português, um dos desafios que se impõem à imprensa moçambicana é arranjar formas de atingir os demais moçambicanos. Com efeito, os dados do Censo de 1997 indicavam que apenas 6,5% de moçambicanos consideravam a língua portuguesa como sua língua materna, 39% dizendo falar português.⁵ Dos dados disponíveis do Censo de 2007, a situação parece ter melhorado, principalmente entre as camadas mais jovens da população, mas ainda é bastante exígua a população que tem o português como língua materna em certas províncias: na província da Zambézia, na qual vivem quase 15% dos moçambicanos, apenas 9% da população tem no português a sua língua materna. Para lidar com tal situação, a introdução de línguas locais, sobretudo na imprensa escrita, visto que a Rádio Moçambique (Rádio Nacional), algumas rádios privadas e comunitárias e alguns canais de televisão também privados (TV Miramar, por exemplo), já o fazem, seria uma das saídas, embora não seja solução, pois a percentagem da população analfabeta, isto é, que não lê nem escreve em português ou em línguas locais, é maior (51,9% em 2006, de acordo com Ministério da Educação) (AIM, 31 de Agosto de 2006). É preciso não esquecer que, no tempo colonial, houve algumas publicações em línguas locais. Pode-se citar os jornais, *O Brado Africano* e *O Africano* (1908-1920), ambos publicados na antiga Lourenço Marques, actual Maputo, pela elite urbana de assimilados, que para além de publicarem em português também publicavam em ronga. Havia também jornais de algumas igrejas protestantes, nomeadamente *Nyeleti Ya Miso* (Estrela da manhã), substituído mais tarde pelo jornal *Mahlalhe*, da Missão Suíça, e *Kuca ka Mixo* (O cair da manhã) da missão metodista episcopal (Cruz e Silva, 1998:399-400). Com a independência, esta prática não foi encorajada, certamente por razões de ordem político-ideológicas, que desencorajavam o uso de línguas locais, vistas como potenciais factores de divisão, tribalismo e regionalismo. Um dos grandes problemas que enferma uma parte da imprensa moçambicana, sobretudo a independente, é a sua fraca qualidade. Isto pode ser explicado pelo facto de a maior parte dos profissionais da imprensa serem jovens, sem muita experiência, pela fraqueza da sua formação e pela escassez de recursos financeiros para os jornalistas realizarem uma boa cobertura dos eventos que acontecem no país. De um ponto de vista global, a baixa qualidade do jornalismo moçambicano deve ser entendida como um produto da crise actual do sistema de educação e ensino em Moçambique, pois, embora nos últimos anos tenha havido grande expansão do ensino e um aumento na quantidade de alunos formados, isto não tem sido acompanhado por uma formação rigorosa, ou seja, a multiplicação de escolas e de universidades não tem conduzido a uma melhor formação de profissionais e académicos.

Desta breve análise, fica claro que os desafios da imprensa moçambicana são inúmeros. Algumas alternativas, contudo, poderiam ser implementadas para buscar soluções para estes problemas. Do ponto de vista das carências materiais, os órgãos de comunicação social, sobretudo os privados, poderiam beneficiar de apoios dos parceiros internacionais de Moçambique, uma vez que

tal apoio já é, indiretamente, oferecido aos meios de comunicação social públicos, uma vez que o orçamento do Estado moçambicano é financiado em cerca de 50% pela ajuda externa. No caso, os meios de comunicação social têm recebido poucos recursos de parceiros internacionais, uma vez que, em regra, não beneficiam nem dos recursos destinados ao sector público nem dos recursos oferecidos às organizações da sociedade civil, uma vez que as empresas jornalísticas são organizações com fins lucrativos. No caso, poderia ser criado um Fundo de Apoio ao Jornalismo Investigativo, no qual os doadores fariam o aporte financeiro e os jornalistas concorreriam ao financiamento para a realização das suas reportagens.

A criação de um estatuto do jornalista, clarificando os direitos e os deveres deste, devia também ser enquadrada no processo de valorização, credibilização e responsabilização dos jornalistas. Hoje, por exemplo, um jornalista pode simultaneamente ocupar cargos políticos e públicos, e nada existe para regular este tipo de situação, o que por vezes tem criado situações de conflitos de interesse. Na campanha eleitoral de 2004, um jornalista da Rádio Moçambique, na altura vereador da Frelimo no município da Matola, foi impedido pela Renamo de acompanhar a comitiva deste partido por ser considerado como um “agente da Frelimo”, e não um jornalista. Lázaro Mabunda, jornalista do jornal *O País*, afirma que muitos dos problemas com que se debatem os jornalistas e a imprensa em geral em Maputo devem-se à ausência de um estatuto regulador desta profissão:

Urge um instrumento para regulamentar a actividade de um jornalista, porque esta profissão já está a ser um dumba-nengue [mercado informal], facto que se justifica pelo surgimento de jornalistas sem carácter e despidos de deontologia e ética. Hoje, alguém dorme e acorda jornalista. O que se espera dessa pessoa sem vocação ou orientação jornalística? É assim que alguns quando querem atingir certos interesses procuram ser jornalistas e, alcançados os intentos, abandonam. Não se explica que o jornalista não tenha, 34 anos após a independência, carteira profissional, muito menos estatuto que o define, à semelhança de outros países. Hoje, o Sindicato Nacional de Jornalistas e o Gabinete de Informação não sabem quantos jornalistas existem em Moçambique e quem é quem entre esses jornalistas. Assim, corremos o risco de termos jornalistas que estão nesta profissão para servirem interesses de perigosos criminosos. Há necessidade de sabermos quem é quem, para além do estabelecimento de categorização da classe. (Mabunda, 10 de Abril de 2009)

Para terminar, pode-se dizer que, apesar das inúmeras dificuldades com as quais se debate, e embora o assassinato de Carlos Cardoso tenha assustado a classe jornalística, a imprensa independente tem feito um esforço de modo a constituir-se como contra-poder em Moçambique, sendo por isso que os jornalistas são quase frequentemente ou assediados ou ameaçados por políticos, homens de negócios e outras forças que se sentem atingidas pelo seu trabalho.

NOTAS

- ¹ Sobre a imprensa, ver Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA), *Moçambique. Democracia e participação política*, Joanesburgo, 2009, p. 55-70, disponível em <http://www.afrimap.org/report.php#38>, (acedido a 25 de Outubro de 2009).
- ² O grupo SOICO possui ainda uma estação de rádio, a rádio SFM, que transmite em frequência modulada.
- ³ António Marcelino de Mello é também proprietário da Rádio SIRT, em FM, igualmente com sede em Tete.
- ⁴ De momento, discute-se a aprovação de uma nova lei de imprensa, segundo a qual os partidos políticos não mais poderiam ser proprietários de meios de comunicação social audiovisuais.
- ⁵ Com a expansão do ensino para zonas mais recônditas do país, certamente que estes dados já estão ultrapassados. Isto só pode ser confirmado pelos dados do Censo de 2007, os quais, entretanto, ainda não estão disponíveis na sua totalidade.

REFERÊNCIAS

- AIM (2006), “Analfabetismo continua preocupante em Moçambique”, 31 de Agosto, http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/educacao/agosto2006/news_176_e_08_06/ (acedido a 26 de Outubro de 2009).
- AWEPA (2005), Boletim sobre o processo político em Moçambique, Número 32, 15 de Julho.
- Braud, Phillipe (1998), *Sociologie politique*, Paris, L.G.D.J (4.^a edição).
- Canal de Moçambique (2008), “Jornalistas vão ter habitação condigna através do FFH”, 24 de Junho.
- Cardoso, Carlos (1997), “Guebuza não”, *Metical*, 15 de Julho.
- The Carter Center, *Observação das eleições de Moçambique 2004*, Outubro 2005.
- CIP (2006), “As percepções sobre corrupção em Moçambique”, 27 de Outubro, <http://www.integridadepublica.org.mz/index.asp?sub=topic&rubid=3&doc=1>, (acedido a 20 de Outubro de 2009).
- Cruz e Silva, Teresa (1998), “Educação, identidades e consciência política. A Missão Suíça no Sul de Moçambique (1930-1975)”, *Lusotopie 1998*, p. 397-405.
- EISA (org.), *Contribuição das Organizações da Sociedade Civil para a Revisão da Legislação Eleitoral com apoio do EISA e do IMD*, 29 de Agosto de 2009.
- Graça, Machado da (2009), “Rádio Frelimo”, *Savana*, Maputo, 24 de Abril.
- Jone, Cláudio (2008), *Presse et politique en Afrique Australe: De la transition au (socialisme) à la ré-discussion des hégémonies internes au Mozambique et au Zimbabwe*, Universidade Michel de Montaigne-Bordéus III, Tese de doutoramento, Bordéus, Dezembro.
- Mediafax, “Sinais de mordação na revisão da Lei de imprensa”, 3 de Novembro de 2006.

- Mabunda, Lázaro (2009), “Falência da ética e profissionalismo no jornalismo moçambicano!”, *O País*, 10 de Abril, Maputo.
- Machel, Samora (1977), “Fazer da Informação um destacamento avançado da luta de classes e da revolução”, *Documentos do 1.º Seminário Nacional de Informação*, Maputo, 12 a 15 de Setembro de 1977, Ministério da Informação da República Popular de Moçambique.
- MISA, CIP (2008), “Nota de Imprensa”, *Magazine Independente*, Maputo, 13 Fevereiro.
- Namburete, Eduardo (2003), “A Comunicação Social em Moçambique: da independência à liberdade”.
- Notícias Lusófonas (2006), “Arrancou debate da anteposta de revisão Lei de imprensa”, 4 de Novembro, <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=16112&category=Mo%E7ambique> (acedido a 18 de Outubro de 2009).
- OSISA (2009), *Moçambique. Democracia e participação política*, Joanesburgo.
- Secretariado do Conselho de Ministros (2008), *Aos órgãos de informação*, Maputo, 14 de Outubro.
- Serra, Carlos (2008), “O mais intenso ano político da Frelimo desde 1994”, 23 de Abril, <http://oficinasociologia.blogspot.com/2009/04/o-mais-intenso-ano-politico-da-frelimo.html> (acedido a 18 de Outubro de 2009).
- Zambeze (2006), *Jornalista Osvaldo Tembe expulso do Zambeze*, Maputo, 16 de Março.